

# Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Internacionalização de Uberlândia<sup>1</sup>

Seyfried, Mariana Ferreira<sup>2</sup>

## Resumo

Novos temas surgiram com a globalização e a interdependência global, que impossibilitaram o Estado nacional de atuar com eficiência em todas as áreas da sociedade. Assim, os atores subnacionais (governamentais ou não-governamentais) tornam-se mais ativos e assumem um papel de maior relevância política. As cidades, com sua capacidade de ação e influência local, passam a ter maior autonomia e a buscarem sua inserção internacional para permanecerem competitivas e atrair investimentos. Esses atores subnacionais também lidam com questões sociais e transnacionais, como a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse sentido, pretendo analisar como a Prefeitura de Uberlândia vem implementando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas) em seus programas e projetos municipais, e como o grau de implementação e sua perspectiva futura se relacionam à preocupação e busca pela internacionalização da cidade. O estudo de caso será analisado sob os conceitos de Governança Multinível e Internacionalização de Cidades.

**Palavras-chave:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Cidade de Uberlândia, Governança Multinível, Processo de Internacionalização de Cidade.

## Abstract

New themes emerged with globalization and global interdependence which made it impossible for the national state to act effectively in all areas of society. Thus, subnational actors (governmental or non-governmental) become more active and assume a role of greater political relevance. Cities, due to their capacity for action and local influence, now have greater autonomy and seek their international insertion to remain competitive and attract investment.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI UFU) como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Gallo Yahn Filho.

<sup>2</sup> Discente do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

These subnational actors also deal with social and transnational issues, such as the implementation of the Sustainable Development Goals (SDG). In this sense, we intend to analyze how the Municipality of Uberlândia has been implementing the UN Sustainable Development Goals in its municipal programs and projects, and how the degree of implementation and its future perspective relate to the concern and search for the internationalization of the city. The case study will be analyzed under the concepts of Multilevel Governance and Internationalization of Cities.

**Keywords:** Sustainable Development Goals, Uberlândia City, Multilevel Governance, City Internationalization Process.

## 1. Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas criada em 2015 para dar continuidade aos Objetivos do Milênio (ODM). Tal agenda é composta por 17 objetivos e um total de 169 metas, que perpassam pelos mais diversos temas e áreas de interesse de forma interdependente, abordando assuntos transnacionais, desde a erradicação da pobreza e fome até a proteção ambiental.

A partir de tais objetivos e metas, os Estados devem tomar iniciativas com ou sem auxílio internacional, a fim de melhorar suas realidades. Nesse sentido, é necessário que haja participação de toda a sociedade, passando por todas as escalas de governo (federal, estadual e municipal), incluindo os atores não-governamentais. Assim sendo, a implementação dos ODS depende de uma governança multinível, segundo a qual a tomada de decisão não se restringe somente aos governos nacionais, e passa a estar, de certa forma, dispersa entre atores subnacionais.

A Agenda 2030 busca a melhoria das condições de vida da população global e a dignidade humana através do compromisso dos países membros da ONU. De forma ambiciosa, por se referir a temas muito complexos e abrangentes, e ao colocar o curto prazo de 15 anos para alcançá-la. Devido à sua importância é possível perceber um movimento de adequação das políticas de gestão dos atores subnacionais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio de ações que demonstram a indissociabilidade entre o tema desenvolvimento e os conceitos de sustentabilidade e direitos humanos.

Em contrapartida, a partir da globalização e interdependência complexa, as cidades necessitam se diferenciarem e se tornarem mais competitivas através da atuação internacional. É visível o movimento de grandes cidades brasileiras, como Porto Alegre e Curitiba, na implementação dos ODS em paralelo ao processo de internacionalização. Nesse contexto, Uberlândia apresenta, atualmente, interesse na implementação dos ODS e possui um projeto de internacionalização da cidade em andamento.

Portanto, o presente estudo se mostra necessário e relevante para abrir possibilidades para compreender melhor como atores subnacionais – nas suas relações em diferentes níveis – influenciam na adoção da agenda de objetivos globais da humanidade em sua região e país, assim como identificar os benefícios que o município adquire ao se tornar um agente de tais metas e compromissos globais estipulados por uma organização internacional como a ONU, atuando no âmbito internacional.

Em vista disso, pretende-se analisar a nível local, especificamente no município de Uberlândia, como a implementação dos ODS é influenciada pelo (e/ou influencia o) processo de internacionalização, levando-se em consideração os fatores que caracterizam uma cidade internacional, identificados por Panayotis Soldatos.

Assume-se como principal hipótese a existência de um “ciclo virtuoso” entre ODS e internacionalização. Acredita-se que o processo de internacionalização do município contribui para a implementação dos ODS na cidade, ao mesmo tempo em que a implementação dos ODS colabora com a atuação internacional da cidade. É preciso considerar que os atores subnacionais são atores importantes no ativismo em desenvolvimento sustentável nos processos de governança multinível, sendo sua atuação capaz de favorecer a coordenação de atores e ações em torno de objetivos globais e provisão de bens públicos em âmbito local.

Sendo assim, este trabalho está pautado no método de abordagem indutivo e em estudo de caso, com o objetivo principal de analisar como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são relevantes para o processo de internacionalização do município de Uberlândia, bem como este mesmo processo pode ter impacto na implementação dos ODS no referido município.

O processo de investigação e construção da pesquisa, consiste, primeiramente, em um levantamento bibliográfico dos fundamentos que dão embasamento aos temas em questão. Será apresentado o debate teórico, no campo das Relações Internacionais, sobre os atores subnacionais no âmbito da governança multinível, e o processo de internacionalização das cidades. Por conseguinte, será demonstrado o histórico sobre a criação da plataforma dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito das Nações Unidas. Subsequentemente, será verificada a relação entre ODS e internacionalização de cidades. E, por fim, será analisado o nível de implementação dos ODS e processo de internacionalização do município de Uberlândia.

## **2. Interdependência Complexa, Globalização, Governança Multinível**

Com a verificação de novos temas transnacionais no sistema internacional, discute-se o incremento teórico sobre Interdependência Complexa, Globalização e Governança Multinível. Temas que necessitam da atuação conjunta de atores no sistema internacional e sistema governamental, e que acabam por atuar em pilares transversais, complexos e interdependentes.

A partir do arcabouço teórico das Relações Internacionais, o Realismo sempre foi uma das bases dos estudos da área, o qual compreende o Estado como único ator no sistema internacional anárquico. Porém, com o surgimento de uma interdependência econômica e o surgimento de novos atores, essa teoria passou a ser questionada, dando-se destaque à teoria da interdependência complexa, de Keohane e Nye.

Essa interdependência se dá a partir dos avanços tecnológicos e maior integração dos países no sistema internacional. Segundo Keohane e Nye (2012) tal interdependência é definida como uma dependência mútua, na qual os efeitos de tomadas de decisões de um país são perceptíveis em todos os lugares. Conforme os autores, essa correlação tende a se tornar mais intensa conforme a evolução do sistema internacional, sua modernização e maior amplitude da interligação entre os Estados. Com isso, os autores Keohane e Nye definem a interdependência complexa a partir de três características:

1. Múltiplos canais conectam sociedades, incluindo: ligações informais entre elites governamentais assim como, arranjos formais de escritórios estrangeiros; ligações informais entre elites não governamentais (face a face e por telecomunicações); e organizações transnacionais (como bancos ou corporações multinacionais). Esses canais podem ser resumidos como relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Relações interestatais são os canais normais assumidos pelos realistas. Transgovernamental se aplica quando relaxamos a suposição realista de que Estados agem coerentemente como unidades; transnacional se aplica quando relaxamos a hipótese de que os Estados são as únicas unidades.
2. A agenda da relação interestatal consiste de múltiplos temas que não são arranjados em uma hierarquia consistente ou clara. Essa falta de hierarquia entre os temas significa, entre outras coisas, que segurança militar não domina

consistentemente a agenda. Vários temas surgem do que, geralmente, era considerada política doméstica, e a distinção entre doméstico e externo se torna nebulosa. Esses assuntos são considerados em vários departamentos governamentais (não só escritórios externos), e em vários níveis. Coordenação política inadequada sobre tais temas envolve custos significantes. Temas diferentes geram diferentes coalizões, ambos entre governos e dentro deles, e envolve diferentes níveis de conflito. (...)

3. Força militar não é utilizada por governos contra outro governo dentro de sua região, ou por questões, quando a interdependência complexa prevalece. Pode, no entanto, ser importante nessas relações governamentais com governos fora de sua região, ou em outras questões. Força militar poderia, por exemplo, ser relevante para resolver conflitos em questões econômicas entre membros de uma aliança, mas ao mesmo tempo ser bastante importante para as relações políticas e militares dessa aliança com um bloco rival. Para as relações anteriores essa condição de interdependência complexa seria satisfeita; para a posterior, não. (KEOHANE; NYE, 2012, p.21, tradução minha).

Keohane e Nye (2012) levantam a questão de que, na atual conjuntura mundial, é ampliada a atuação subnacional e transnacional, com o incremento de novos atores, como empresas multinacionais, e a emergência de novos temas que passam por transformar os governos sensíveis aos interesses desses atores e, conseqüentemente, aos interesses de outros países, assim como tornam indefinidos os limites das políticas externa e domésticas.

Nesse novo contexto, o papel do líder de Estado é dificultado, pois este passa a ter de considerar estratégias condizentes com a interdependência complexa, dando importância aos grupos subnacionais e transnacionais, assim como as transações entre Estados nos diferentes âmbitos, seja econômico, social ou temas de segurança (KEOHANE; NYE, 2012). Adicionalmente, os autores defendem que, ao contrário do papel ínfimo que os realistas dão às instituições internacionais, na interdependência complexa esses atores ganham um papel relevante, principalmente no quesito da formação das agendas políticas internacionais e aproximação de líderes de Estados e atores subnacionais.

É verificado que a interdependência dos Estados surge com a globalização e com o entrelaçamento das relações econômicas, corroborando com a interdependência complexa de Keohane e Nye ao ser configurado pelos múltiplos canais, pela inexistência de hierarquia dos assuntos e objetivos e pela relevância que os atores não estatais assumem na nova configuração das relações internacionais.

A globalização em suas dimensões políticas e culturais, com a atuação transnacional da economia, a livre circulação de capitais, a emergência de corporações multinacionais, o avanço tecnológico e a difusão de uma cultura global, transformaram os assuntos domésticos e

exteriores nebulosos entre si e acabaram por modificar a divisão das responsabilidades entre o Estado e os governos subnacionais. (KEATING, 2000).

Michael Keating (2000, p. 49, tradução minha) afirma que o fenômeno incorreu em uma “reestruturação da política territorial dentro dos Estados, com a aparição de novos atores e novos temas”, ao mesmo tempo em que o advento da tecnologia e novos meios de comunicação trazem uma concorrência entre culturas tradicionais e transnacionais.

Portanto, não só a globalização alterou o campo econômico, como alterou as relações internacionais e a relação doméstico-internacional. Essa nova ordem mundial, concomitante com a acelerada velocidade com que as informações trafegam pelo sistema global, transformaram necessidades e problemas antes de natureza nacional em temas internacionais. (GONÇALVES, 2005; LOPES, 2015; HURRELL, 1999). Deste modo, conforme os autores, tornou-se necessária uma governança global, o que motivou o debate sobre a governança e seus múltiplos níveis nessa nova estrutura de relações entre atores centrais e atores subnacionais.

Nesse novo contexto, conforme prevê a interdependência complexa, os Estados se tornam mais suscetíveis a efeitos colaterais de decisões políticas e econômicas de outros países. Ademais, há uma mudança no regime centralizador dos Estados, devido à abundância de temas e preocupações sobre os quais o Estado se torna incapaz de atuar de forma eficiente (BACHE, FLINDERS, 2005). Perante esse novo panorama global surge a percepção de que alguns objetivos globais vinculados a temas sociais estão relacionados a mecanismos de governança global e precisam ser compreendidos no âmbito da governança multinível.

Governança Multinível é definida por Gary Marks (1993 *apud* BACHE, FLINDERS, 2005, p.3, tradução minha), como “um sistema de negociação contínua entre governos localizados em diferentes níveis territoriais”. E, ao analisar as políticas domésticas e as redes de políticas, o autor afirma que na governança multinível os “governos supranacionais, nacionais, regionais e locais estão envoltos em uma rede política territorialmente abrangente” (MARKS, 1993 *apud* BACHE; FLINDERS, 2005, p. 3, tradução minha).

Bache e Flinders (2005, p.3, tradução minha) concluem que o “conceito de governança multinível contém ambas as dimensões vertical e horizontal”, e o termo “‘multinível’ se refere ao aumento da interdependência dos governos que operam nos diferentes níveis territoriais, enquanto ‘governança’ assinala a crescente interdependência entre atores governamentais e não governamentais nos vários níveis territoriais”.

Hooghe e Marks (2001) alegam que com as novas formas de governança decorre o transbordamento da tomada de decisão para uma série de novos agentes e sobre diversos novos

assuntos, o que multiplica o número, a variação e a escala de relações público-privadas. Adicionalmente, os autores colocam que, ao providenciar uma solicitação local ou nacional, existe uma série de negociações envolvendo setores privados e governamentais, sendo impossível a implantação de forma a ser integralizada por uma única escala de governança.

Portanto, o Estado perante a nova estrutura mundial passa a diluir sua autoridade, passando os atores subnacionais a atuarem de forma mais integrada nas tomadas de decisão do governo federal. Segundo Hooghe e Marks (2001), é consenso entre os estudiosos de governança multinível que essa dispersão de autoridade entre variadas jurisdições torna a governança algo mais eficiente e melhor que a centralização do Estado. Conforme os autores, é importante essa governança realizar-se nas múltiplas escalas para conseguir apreender todas as transformações das externalidades políticas. Tais externalidades variam de temas globais, como direitos humanos, a temas locais, como serviços municipais, e, com isso, a escala da governança também deve variar. Portanto, de acordo com os autores, para integrar as variáveis externas, é necessário que a governança seja multinível, de modo que, através da descentralização, as necessidades locais passam a representar de forma mais eficaz os interesses locais.

Por conseguinte, devido à grande interdependência entre os diferentes níveis de governo, temas transnacionais somente obterão sucesso se houver a participação de atores subnacionais (governamentais e não-governamentais). Podemos ainda, tomar como relevante o papel das ações subnacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. À medida que o nível local é quem irá se beneficiar diretamente das melhorias ou sofrer com a falta de infraestrutura, educação e saúde.

### **3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Para melhor compreensão farei a seguir um breve histórico sobre a Agenda 2030 e por consequência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tal agenda foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que surgiu em 1945 após a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial, e seu princípio inicial era a de evitar que uma Terceira Guerra Mundial ocorresse. Sua criação foi elaborada por 50 países e hoje conta com 193 países membros (NAÇÕES UNIDAS, 2018a), tendo como propósitos:

- i. Manter a paz e a segurança internacionais;

- ii. Desenvolver relações amistosas entre as nações;
- iii. Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- iv. Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (NAÇÕES UNIDAS, 2018a),

O conceito de desenvolvimento sustentável surge a partir do Relatório Brundtland intitulado “Nosso Futuro em Comum” (ONU, 1987), 42 anos após a criação da ONU pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas. Segundo este documento, o desenvolvimento deveria ser algo planejado, a fim de “obter as necessidades da geração atual sem prejudicar a capacidade das gerações futuras em alcançarem suas necessidades” (CAIADO *et al*, 2018, p. 1277, tradução minha).

Ainda segundo o relatório, a sobrevivência global estaria intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento desigual, à pobreza e ao crescimento da população. Esses temas gerariam grande impacto nos recursos naturais e deveriam ser levados em conta os alarmes feitos por cientistas sobre o aquecimento global e a necessidade de ação (UN DOCUMENTS, 2018).

Na época, já se entendia que para se alcançar o desenvolvimento sustentável seria necessário a cooperação mundial, haja vista a interdependência política, econômica e social. Ao mesmo tempo, já era vista como imprescindível a alteração das tendências mundiais para que as gerações futuras e atuais não tivessem sua sobrevivência ameaçada. A partir disso, concluiu-se pela necessidade de criação de um Programa sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UN DOCUMENTS, 2018).

Para a criação de tal programa, no entanto, era relevante a obtenção de informações e indicadores quantitativos sobre os temas que seriam objeto como saúde, educação, e etc. Durante a Cúpula das Nações Unidas para Terra, em 1992, estabeleceu-se a necessidade de “indicadores que mostrem se estamos criando um mundo mais sustentável” (HÁK *et al*, 2015, p. 565, tradução minha). A partir de então, ainda segundo os autores, diversos modelos de indicadores foram criados, dentre os quais se destacam: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O primeiro modelo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), surge no ano 2000, como uma forma de operacionalizar os meios de se alcançar o desenvolvimento sustentável. Naquele ano, 189 nações assumiram o compromisso de reduzir a extrema pobreza e alcançar oito objetivos até 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2018b). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM BRASIL, 2017) eram os seguintes:

1. Acabar com a Fome e a Miséria;
2. Garantir Educação Básica de Qualidade para Todos;
3. Promover a Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher;
4. Reduzir a Mortalidade Infantil;
5. Melhorar a Saúde das Gestantes;
6. Combater a AIDS, a Malária e outras doenças;
7. Promover a Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente;
8. Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento.

Apesar de a ONU colocar que Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surtiram grande impacto e demonstraram grande efetividade, afirmando que, a pobreza extrema sofreu significativo decréscimo, o número de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu pela metade, a taxa de alfabetização global cresceu substancialmente, e a taxa global de mortalidade infantil caiu de forma considerável (UNITED NATIONS, 2015). Melamed e Scott (2011), avaliam os progressos e desafios dos ODM, e afirma que apesar de ter instaurado um modelo político de desenvolvimento ainda tem muitos obstáculos a serem superados.

Considerando seus resultados, ficou demonstrado ser possível o alcance de objetivos transnacionais com a mobilização e compromisso global. No entanto, percebeu-se que ainda seriam necessárias novas ações, à medida que muitas pessoas continuavam em situação de pobreza, fome e vulnerabilidade. Portanto, seria imprescindível novas metas e objetivos, a fim de caminharmos para um mundo mais próspero, sustentável e igualitário (UNITED NATIONS, 2015).

Nesse sentido, em 2012, na Cúpula das Nações Unidas Rio+20, colocou-se a proposta de criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, no final da conferência, é elaborado o documento “O Futuro que Nós Queremos” (CAIADO *et al*, 2018). De acordo com o então Secretário-Geral da ONU, esse documento final “demonstra acordo sobre a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um plano de dez anos para produção e consumo sustentáveis, a importância das questões de gênero, do direito água e comida, além da urgência em se combater a pobreza” (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 1).

O Documento incluía a criação de um grupo de trabalho aberto, que teria como tarefa desenvolver um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O grupo apresentou um primeiro rascunho dos ODS, em julho de 2014, e o mesmo foi endossado na 68ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em 2014 (HÁK *et al*, 2015).

Em setembro de 2015, é criada então a Agenda 2030, na qual se instituiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A oficialização da Agenda ocorreu durante a Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, através do documento intitulado

“Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A agenda foi adotada, por unanimidade, pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2018).

O modelo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é, portanto, formado por objetivos e metas elaborados pela ONU (Organização das Nações Unidas), em conjunto com países-membro e sociedade civil, com o intuito de levar o desenvolvimento e a dignidade humana para todas as Nações e Povos do mundo até o ano de 2030. (NAÇÕES UNIDAS, 2018c).

Segundo as Nações Unidas (2018d), a Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, associados a 169 metas e 303 indicadores. Os objetivos 1 ao 6 cobrem temas levantados pela agenda dos ODM, e os objetivos 7 ao 17 passam a abordar novas temáticas. A Organização afirma que eles visam o benefício de todos, com maior foco nos países menos desenvolvidos e mais vulneráveis, e contam com o engajamento de governos, setores privados, sociedade civil, atores nacionais e subnacionais.

De maneira mais específica, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19) são definidos como:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Ademais, tal agenda pretende equilibrar os aspectos sociais, econômicos e ambientais em todos os níveis da sociedade humana, mediante a implementação e o acompanhamento das ações pelos Estados e atores subnacionais. Conforme NRG4SD (2018, p.1), a agenda reconhece que sua efetivação tão somente será possível com a capacitação dos governos regionais em sua potencialidade de contribuição e “ênfatiza a necessidade de inclusão dos governos regionais como parceiros fundamentais para os esforços nacionais na implantação e revisão dos ODS”. Pois, os governos subnacionais “são diretamente responsáveis pelas ações necessárias para o alcance dos ODS, como a provisão de serviços básicos, como saúde, educação, água e saneamento”, além do fato de serem mais eficientes ao adaptarem os objetivos almejados para as especificidades locais (NRG4SD, 2018, p. 1).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por conseguinte, para alcançar o pleno desenvolvimento humano mundial conta com o comprometimento dos Estados e a colaboração dos atores não governamentais e subnacionais.

De fato, governos locais e regionais estão na linha de frente no combate da maioria das questões abordadas pelos ODS em nosso trabalho diário. Nós temos um papel fundamental na garantia de segurança, subsistência e bem-estar de nossas comunidades. No entanto, em vários casos, políticas de desenvolvimento nos níveis nacionais, regionais e globais não consideram suficientemente como tais políticas afetam os níveis subnacionais onde pessoas vivem e experienciam desafios globais. Uma revisão efetiva e acompanhamento da implementação mundial dos ODS deve ser levado em consideração, não somente as contribuições de cada país, mas também as necessidades específicas de diferentes cidades e regiões, para evitar deixar alguém para trás. (...) Governos subnacionais, se empoderado com capacidades e recursos adequados, ficam bem posicionados para aproveitarem as capacidades, recursos e potencial local para apoiar o crescimento sustentável, inclusivo e contínuo para contribuir para a prosperidade nacional. Políticas nacionais e subnacionais coerentes e integradas serão fundamentais para o apoio a esses processo; para criar “cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, para reduzir o aumento de disparidade entre regiões e áreas urbanas, e levar em consideração a importante interação entre as áreas rural, urbana e ecossistema natural (LOCAL AUTHORITIES MAJOR GROUP, 2018, p. 1, tradução minha).

Ademais, já no Relatório “Nosso Futuro em Comum”, de 1987, é destacada a relevância que os grupos civis, as organizações não governamentais e a comunidade científica tiveram na construção e difusão da agenda do desenvolvimento sustentável (UN DOCUMENTS, 2018). No processo de criação dos ODS foram utilizadas opiniões da sociedade civil através de pesquisas online, de líderes e acadêmicos, e criado o Grupo *Ad Hoc* de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS), formado por mais de setenta países, do qual o Brasil participou efetivamente (PNUD, 2015).

A relação do Brasil com os ODS, segundo o Itamaraty (BRASIL, 2019a), é bastante profunda, visto que o debate global sobre uma agenda para o desenvolvimento pós 2015 se inicia no Rio de Janeiro, na Rio+20, e pelo fato de o país ter alcançado grande sucesso nos ODM. O coordenador do Sistema das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek, afirma que logo que foi concretizada tal agenda, criou-se uma Força Tarefa de corpo técnico para identificação dos indicadores e dados, assim como lacunas, para acompanhamento dos ODS no Brasil (PNUD, 2015). Interessante ainda ressaltar que, conforme o Itamaraty (BRASIL, 2019a) as “inovações brasileiras em termos de políticas públicas também são vistas como contribuições para a integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.”

Sendo necessário a localização e adaptação dos ODS para cada Estado, “o relatório do GTA-ODS reconhecia que cada governo deve estabelecer suas próprias metas nacionais, orientados pelo nível global de ambição, mas tendo em conta suas circunstâncias nacionais.” (PNUD, 2015, p. 17-18). Para tanto, no Brasil foi criado em 2016 a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), a fim de “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil.”, visando articular, mobilizar e promover o diálogo entre os órgãos do governo e sociedade civil (BRASIL, 2019b).

A CNODS (2017), em seu plano de ação para 2017-2019, afirma que será necessária, para alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas, a superação dos governos federal e subnacionais na implementação de política e programas transversais e intersetoriais, sendo possível verificar já na fala da Comissão a necessidade da governança multinível para os ODS.

É relevante destacar que os 17 objetivos se encontram interconexos, visto que a melhora ou piora de um indicador influenciará na melhora ou piora de outros indicadores, assim como é possível visualizar que muitos objetivos serão impactados por eventos internacionais, seja por

uma crise econômica nos Estados Unidos, como em 2018, que pode incorrer em piora na oferta de emprego no Brasil ou China, por exemplo. O que demonstra a grande necessidade da atuação conjunta, não só entre os países, como também entre os vários níveis de governança.

Infelizmente, segundo o Relatório Luz, organizado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, em 2019 é verificado um retrocesso na implementação dos ODS a nível nacional. Com maior incidência de violações e “desrespeito aos direitos sociais, ambientais e econômicos em curso no Brasil.” (GTSC A2030, 2019).

#### **4. Internacionalização de Cidades**

Como os ODS novos temas transnacionais passam a permear as fronteiras nacionais, devido ao novo cenário de globalização e economias interdependentes. Frente a isso surge então a necessidade de as cidades e estados federados se inserirem no âmbito internacional. Isso, devido a maior competitividade em que as cidades passam a estar inseridas, com a nova realidade das relações internacionais e sua nova complexidade. Defende-se a necessidade de os governos locais tomarem a frente de assuntos internacionais, pois a localidade é quem será afetada uma vez que as embaixadas e imigrantes se encontram em cidades, educação e saúde será fornecido de forma local (DENNING E MCCALL, 2000).

Considerando, portanto, a influência dos atores subnacionais e seu poder de ação local, as cidades e estados federados passam a ter um papel de maior relevância e atuação dentro do Estado nacional (YAHN FILHO, 2011). Como resultado, Keating (2000) afirma que verificamos uma maior participação de atores subnacionais no cenário internacional, que passam a buscar no âmbito externo soluções para as suas necessidades locais, investimentos estrangeiros e novos negócios para o seu desenvolvimento econômico. O autor adiciona que a diplomacia, então, é transfigurada em atribuição não mais exclusiva do Estado, trazendo a paradiplomacia.

De forma conceitual, Soldatos (1990) define a paradiplomacia como a atividade internacional de modo direto de atores subnacionais. Para Keating (2000) a paradiplomacia é mais um meio de esmaecimento dos limites e atribuições entre temas internos e externos, sejam nacionais ou locais. É primordial que a paradiplomacia seja incentivada pelos Estados devido à essencialidade dos atores locais no cumprimento da ampla e complexa agenda política global atual (HOCKING, 1997).

Importante ressaltar, conforme Yahn Filho (2011), que a paradiplomacia ao buscar os interesses locais acabam por refletir na formação da política externa do Estado e se reproduzem nas relações transgovernamentais e interestatais. Pode-se aqui destacar o exercício da governança multinível, uma vez que a atuação paradiplomática somente é possível com o aparato do governo nacional e conforme colocado deve ser incentivado pelo nível federal.

Soldatos (1990) declara que essa prática não é algo novo, mas pode ser categorizado como um fenômeno recente nos quesitos qualitativos, ao ponderar a forma como as atividades vêm sendo relativamente autônomas, e quantitativos, ao certificar a ampliação dos objetivos e parcerias e a velocidade do crescimento dessas atividades externas. De modo a exemplificar, Fry (2004) demonstra que, de 1980 até início dos anos 2000, os governos estatais norte-americanos expandiram substancialmente a sua atuação internacional, de tal maneira que, no final do ano de 2002, Porto Rico e mais 37 dos estados federativos já operavam cerca de 240 escritórios no exterior.

Porém, essas ações internacionais das localidades passaram a extrapolar os temas culturais e econômicos, invadindo atividades consideradas exclusividade da diplomacia e relações internacionais tradicionalmente conduzidas pelas interações Estado-Estado (AYRES, 2018). A autora conclui que são construídos, assim, redes de governança, promovendo comércio e investimento, confrontando as mudanças climáticas e terrorismo, compartilhando experiências e conhecimentos tecnológicos e de desenvolvimento, e construindo parcerias.

A paradiplomacia, no entanto, é apenas um elemento do processo de internacionalização de cidades, o qual surge a partir dessa nova conjuntura e necessidade de atuação internacional. O termo cidades internacionais modernas emerge após os anos 70 e nos ajuda a entender as novas dimensões da realidade contemporânea (SOLDATOS, 2003). Segundo o autor, esta nova realidade inclui: cidades com ação internacional direta e autônoma; cidades com representação distinta no estrangeiro; multiplicação de atores urbanos que ampliam sua ação no âmbito internacional; a paradiplomacia urbana mista (setores governamentais e não governamentais), suportados por uma planificação estratégica da ampliação internacional; a predominância das relações econômicas internacionais.

Panayotis Soldatos (1996, p. 216, tradução minha) a partir de 13 características define uma cidade internacional, como dependente de,

1. posição geográfica de abertura para o mundo;
2. recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
5. multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
6. é diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
7. possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções etc.);
8. tem uma mídia de repercussão e difusão internacionais;
9. acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos etc.);
10. abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;
11. exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;
12. mantém entendimentos (acordos, protocolos etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;
13. tem uma população com composição étnica diversificada.

A interdependência complexa acaba por explicar como a governança multinível se dá e como os atores subnacionais passam a influenciar a agenda política internacional e a política externa dos Estados, ao buscar, de forma descoordenada, seus próprios interesses, mas que, por ser os interesses locais, passam a moldar o interesse nacional como um todo. Apesar de o Estado ainda ser a unidade central das Relações Internacionais, os atores subnacionais também passam a moldá-las de certa forma.

Também pode-se concluir a grande relevância das organizações internacionais na interdependência complexa, como realmente é averiguado na conjuntura real, principalmente no que diz respeito à atuação da ONU no sistema mundial. Os atores subnacionais conseguem participar, mesmo que de forma indireta na Assembleia Geral, possibilitando a criação de agendas, tal como como a Agenda 2030 sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Enfim, é importante destacar como no processo de internacionalização das cidades, os atores subnacionais passam a ampliar sua área de atuação e se capacitam para a implementação local e, por consequência, nacional, das agendas globais, como a Agenda 2030.

## 5. Relação Internacionalização e ODS

É possível, verificar de início que existe uma relação interdependente entre os fatores que definem uma cidade internacional e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Podemos afirmar que ora os ODS ocorrem devido ao processo de internacionalização de cidades, e ora o contrário.

Para iniciar a verificação da correlação entre Internacionalização de Cidade e ODS, podemos apontar os princípios de Panayotis que lidam de forma mais direta com a paradiplomacia. Falamos então, sobre as características em que uma cidade “mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;”, e “exerce uma paradiplomacia urbana (público ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;” (SOLDATOS, 1996, p. 216, tradução minha).

Tais faculdades são imprescindíveis tanto para o processo de internacionalização quanto ao processo de implementação dos ODS. Primeiramente, ao considerarmos que os governos subnacionais, no anseio de garantir a prestação dos serviços públicos e desenvolver sua capacidade produtiva, necessitam participar de uma interação com atores estrangeiros. Dentre os serviços públicos se encontram por exemplo, saneamento básico, saúde e educação, fatores os quais fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Logo, a cidade necessita se internacionalizar para garantir um nível de qualidade de vida relacionado aos ODS.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) sumariza o proposto acima definindo os benefícios da atuação internacional dos municípios em: o aprimoramento de políticas públicas; inserção em redes globais de cooperação; mobilização de recursos internacionais; estabelecimento de parcerias, intercâmbio de experiências; promoção da visibilidade da cidade a nível mundial; atração de investimentos; aprendizagem com as inovações da gestão municipal; participação política em organizações e missões internacionais; e fortalecimento institucional (CNM, 2018).

De forma adicional a organização levanta a relevância dos ODS para a atuação internacional do município, uma vez que

Os ODS constituem pilares centrais em projetos de financiamentos e cooperação internacionais, assim é importante integrá-los nas ações. A implementação de iniciativas relacionadas aos ODS nos Municípios pode ser

apresentada em eventos internacionais e concorrer a prêmios, gerando visibilidade e novas oportunidades de cooperação (CNM, 2018, p. 5).

A organização ainda dá exemplos de como melhorar aspectos locais que envolvem elementos dos ODS a partir da cooperação internacional, como saneamento básico, turismo, educação, desenvolvimento urbano, cultura e assistência social. Tais elementos poderão ser melhorados a partir de troca de experiência em fórum internacional, parcerias e captação de financiamentos internacionais (CNM, 2018).

Adicionalmente, ao interagir com o exterior, o ator subnacional acaba por criar uma conjuntura a favor da cooperação e melhorias internas. Em que, tais interações “podem trazer aprendizagem e oportunidades e contribuir para fazer do território um espaço mais inclusivo, sustentável e atrativo” (PROYECTO ALLAS, 2015).

Com isso, podemos colocar a relevância da participação das cidades em redes internacionais de cidades – como a Mercocidades, *United Cities and Local Governments* (UCLG), e a já citada Confederação dos Municípios. Uma vez que, essas redes auxiliam na fomentação e compartilhamento de ideias e agendas como boas práticas e processo de implementação dos ODS. Ao mesmo tempo em que, a fim de ganhar maior visibilidade e atrair novos negócios, a cidade passa a assumir agendas e comportamentos internacionais. Nesse sentido o Michelmann exemplifica que

estados australianos e norte-americanos, assim como províncias canadenses, frequentemente implementaram uma variedade de medidas como reduções fiscais e infraestruturas ou taxas de energia subsidiadas a fim de atrair investimentos estrangeiros e as vagas de emprego que vem com eles, assim como os votos que podem atrair ao mostrar tais sinais visíveis de crescimento econômico no seu território. (MICHELMANN, 1990, p.303, tradução minha).

Ao pensarmos ainda nos efeitos da interação internacional, à luz das teorias construtivista e funcionalista, podemos entender que a internacionalização em si é um fator importante para o desenvolvimento e implementação dos ODS. Uma vez que, ao se relacionar com agentes internacionais o agente municipal terá contato com diferentes ideias e experiências que acabam por alterar o pensamento e interesses desse ator local.

A teoria construtivista declara que a interação é o que forma e altera a subjetividade, identidade e interesses dos agentes (WENDT, 1992). A partir dessa teoria, é possível afirmar que os interesses e agenda local serão influenciados pela cooperação e participação no âmbito internacional. Já a teoria funcionalista define uma maior relevância aos atores subnacionais e afirma que a cooperação técnica em setor específico trará uma ramificação da cooperação para

outras áreas (MITRANY, 1990). Tal pensamento demonstra como a atuação da cidade em âmbito internacional a partir de acordos sobre temas específicos pode trazer novos acordos para outras questões e problemáticas locais.

Além disso, é importante colocar que os governos locais são essenciais para articular e coordenar os agentes internos (setor privado, setor acadêmico etc.) para facilitar a identificação de problemas e ações estratégicas para o desenvolvimento econômico integrado ao desenvolvimento local (PROYECTO ALLAS, 2015). Conforme o Projeto ALLAS, isso é possibilitado ao canalizar o diálogo com a esfera nacional e estrangeira na busca da melhoria do seu entorno e de fomento empresarial.

Logo, os governos locais são relevantes como articuladores entre a sociedade civil, nível nacional e global. A articulação local-global e o diálogo entre os territórios permite a identificação de boas práticas, que possam ser reaplicadas através da cooperação descentralizada e do fomento das redes e alianças estratégicas com instituições globais, contribui para o desenvolvimento sustentável (PROYECTO ALLAS, 2015).

A partir dessas colocações é possível destacar o efeito que os pontos de Panayotis relacionados a interação e informação tem sob os ODS. Apesar, de praticamente todos os pontos trabalharem de certa forma tais elementos, destaco os pontos que mais especificamente lidam com tais fatores e que de alguma forma possibilita ou fomenta a comunicação com o exterior, que seriam as características:

5. multiplicidade de comunicações sociais com o exterior; 6. é diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações; (...) 8. tem uma mídia de repercussão e difusão internacionais; 9. acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos etc.); (...) 11. exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização; 12. mantém entendimentos (acordos, protocolos etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades; (...) (SOLDATOS, 1996, p. 216, tradução minha).

Essas características destacadas ao facilitar ou promover a interação com o exterior possibilita maior conhecimento sobre os ODS, experiências externas, e a maior cooperação para a implementação dos Objetivos. Ao mesmo tempo, temos o ODS 17 que visa “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19). Esse ODS em específico acaba por fomentar a participação local no cenário global, incentivando assim, a internacionalização da cidade.

Importante ressaltar a relevância dos programas e redes de cooperação multilateral entre os governos subnacionais para o desenvolvimento da paradiplomacia brasileira (SALOMÓN, 2011). A autora coloca o programa URB-AL – o qual apoia a cooperação entre governos da União Europeia e da América Latina, como o mais significativo. Também destaca a participação dos municípios brasileiros em redes temáticas como

Associação Internacional de Cidades Educadoras, o Centro Internacional para o Desenvolvimento Estratégico Urbano (responsável pela disseminação internacional do modelo de plano estratégico desenhado pela Prefeitura de Barcelona) e o Conselho Internacional para as Iniciativas Locais Ambientais (*International Council for Local Environmental Initiatives* — Iclei), com um importante papel na aplicação da Agenda 21<sup>3</sup> local (SALOMÓN, 2011, p. 285).

Outro elemento iminente na relação entre internacionalização e ODS seria a relevância da agenda nacional para o nível local. A respeito disso, Matsumoto (2011, p. 57) fala sobre o processo “de domesticação da política externa para os governos locais”. O autor demonstra esse processo, no caso brasileiro, com a fala do presidente da Confederação Nacional de Municípios sobre a importância da atuação dos prefeitos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Ou seja, a importância de as cidades trazerem para si a implementação de uma agenda assumida pelo governo federal.

Os ODS, como já colocado, foram aceitos por todos os 193 países da ONU no momento do seu lançamento. Portanto, as cidades como atores internos aos territórios nacionais estariam automaticamente se comprometendo com a agenda. Porém, nem sempre a agenda nacional tem o alcance ou a eficiência necessária para se colocar no subnacional. Seja por falta de verba, falta de conhecimento ou por falta de adaptabilidade à realidade local. Michelmann (1990) coloca, que o local conhece com maior propriedade os problemas de seu território e de suas empresas e conseguirá mais facilmente lidar e solucionar tais dificuldades do que o governo central.

Com isso, retornamos à necessidade da atuação internacional das cidades na busca de soluções externas para seus problemas internos. Principalmente, as cidades provenientes de Estados em desenvolvimento que “buscam ferramentas de governança local a fim de lidar com desafios da urbanização – como mobilidade, segurança e infraestrutura – por meio da

---

<sup>3</sup> “A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019)

intensificação de sua atuação nos níveis políticos e de cooperação com entidades externas.” (JESUS, 2017, p. 52).

Para entender-se melhor esse movimento é pertinente expormos as principais motivações que levam a busca pela paradiplomacia. A primeira delas a ser destacada é a motivação econômica, a qual exerce grande “influência nas ações externas desenvolvidas pelos governos subnacionais” (MATSUMOTO, 2011, p. 51). O autor coloca que no caso dos territórios brasileiros tal incentivo é central na busca pela ação internacional.

Sobre isso, Michelmann (1990, p. 299-300, tradução minha) afirma que “(...) vários desses governos estão envolvidos internacionalmente em muitas atividades desenhadas para promover comércio, investimento, e turismo” ou para buscar formas de financiamento e possibilidades comerciais. Salomón (2011, p. 286) acrescenta que uma das funções da paradiplomacia especialmente nos países do Sul global “é a captação de recursos de agências internacionais públicas, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou o Fonplata”.

Portanto, a partir da ineficiência do governo central em prover verbas suficientes para o desenvolvimento do governo local, a busca por comércio e financiamento exterior é incentivada. Tal busca possibilita uma melhora do setor econômico da cidade e com isso uma melhora socioeconômica para a população, apesar de nem sempre estarem correlacionados. Com a atração de empresas ou acordos comerciais com cidade ou Estado estrangeiro, a cidade poderá oferecer novas vagas de emprego para a população.

Com isso, poderá implicar em uma melhora da distribuição de renda que estaria relacionado aos Objetivos 8 e 10, “8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (...) 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;” (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19). E de forma mais indireta poderá acarretar a melhora do nível de pobreza, fome, infraestrutura da cidade, qualidade de vida e educação, temas relacionados aos Objetivos 1, 2, 3, 6, 7, 9, 11.

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; (...) 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; (...) 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; (...) 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19).

Para além das motivações econômicas, a paradiplomacia pode surgir por interesses políticos, uma vez que traz um certo apelo midiático ao governante que foi capaz de atrair negócios ou oportunidades de desenvolvimento pela cooperação internacional (MICHELMANN, 1990). Nesse quesito, Salomón (2011) discorre sobre o empenho em criar uma marca da cidade (ou estado) a fim de promover o local de forma estratégica e atrair negócios e oportunidades de cooperação. A autora adiciona que tais governos subnacionais entendem a necessidade de serem reconhecidos e atrativos internacionalmente.

Logo, podemos inferir a necessidade da implementação dos ODS como parte desse marketing. Visto que, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fazem parte da agenda global e demonstra compromisso da cidade com aspectos sócio-econômico-ambientais. Ao mesmo tempo, a internacionalização pode melhorar os índices do desenvolvimento sustentável o que acaba por melhorar a marca da cidade e atrair mais oportunidades internacionais.

Com isso em mente, dentre as motivações existem também “a cooperação voltada para o desenvolvimento social, a questão ambiental e, ainda, as ações voltadas para o fortalecimento político de municípios e estados, inclusive o aumento da capacidade de influir em decisões de caráter internacional.” (MATSUMOTO, 2011, p.51).

Michelmann (1990) coloca sobre a paradiplomacia cultural, na qual existe a responsabilidade local sobre os aspectos culturais e educacionais de sua população. Tais aspectos, estão relacionados às características levantadas por Panayotis referente a abertura a intercâmbios universitários e atração de eventos culturais. O que por sua vez, acaba por influenciar no ODS 4 da ONU referente a educação. Sobre o tema, Michelmann (1990, p. 305) coloca que “Educação de estudante estrangeiro também envolve governos subnacionais em ajuda externa, já que educação é uma necessidade primordial no mundo em desenvolvimento e uma vez que os governos subnacionais são direta ou indiretamente os fornecedores da educação”.

E por último, Michelmann (1990) aponta as preocupações ambientais como um fator relevante e crescente na paradiplomacia. O mesmo cita casos de poluição em cidades fronteiriças que gerou problemas diplomáticos. Com isso, expõe a permeabilidade territorial e demonstra a interdependência global em questões transnacionais como as ambientais. Assim, questões ambientais pode impossibilitar um acordo internacional, uma vez que um rio poluído em seu território afeta a produção agrícola do país vizinho. Ao mesmo tempo em que, ao

garantir níveis ambientais de qualidade ou demonstrar projetos de melhoria, pode aprimorar a imagem da cidade e promovê-la internacionalmente. Relacionado aos ODS 13, 14 e 15:

13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19)

De forma geral as motivações dos atores subnacionais, Vigevani (2006 *apud* MATSUMOTO, 2011) coloca que o interesse fundamental é a do desenvolvimento, e com isso, tais agentes irão atuar em temas transnacionais que acabam por influenciar o seu desenvolvimento de forma geral. De forma a complementar, os governos e governante subnacionais

Simplesmente acreditam que as práticas institucionalizadas da paradiplomacia trazem benefícios para as comunidades sob sua responsabilidade (ou para seu próprio prestígio político), ou ainda satisfazem a certas demandas, necessidades ou interesses de grupos da sociedade civil ou do empresariado local. (SALOMÓN, 2011, p.276)

Monica Salomón acrescenta,

Em geral, porém, os principais fatores que explicam o envolvimento direto de governos subnacionais em política externa são as competências que um governo subnacional possui no marco político nacional, sejam ou não garantidas pela Constituição nacional. O fato de os governos subnacionais terem responsabilidades cada vez mais importantes no campo do desenvolvimento a partir dos processos de descentralização tem levado muitos governos subnacionais a desenvolverem suas próprias políticas econômicas, que incluem a atração de investimentos e a promoção comercial de suas empresas no exterior. Também os tem levado a desenvolver uma agenda de cooperação política e técnica em áreas de sua responsabilidade — como meio ambiente, gestão urbana ou educação —, juntamente com outros atores internacionais, e a buscar recursos de agências internacionais de desenvolvimento ou de projetos sociais. Aliás, dado que a internacionalização de competências internas representa o principal mecanismo de geração da agenda diplomática, na maioria dos casos os governos subnacionais percebem a paradiplomacia como uma maneira de satisfazer a suas próprias necessidades imediatas, e não como uma maneira de influenciar a política global (SALOMÓN, 2011, p. 277).

Além, das motivações externas podemos acrescentar alguns elementos internos que aumentam a chance de uma cidade se internacionalizar. Com isso, no intuito de identificar a determinação da atuação internacional de uma cidade Matsumoto (2011) coloca a significância da geografia e características sociais para o processo.

Nas características geográficas, tanto a localização em áreas de fronteira, quanto o contingente populacional foram estatisticamente significantes. Identificou-se que os governos locais dos municípios de grande porte e das regiões de fronteira têm maior probabilidade de atuar internacionalmente. Isso também foi verdade para as características sociais. Quando o IDH-municipal é maior e quando o município possui instituição de ensino superior, a probabilidade de possuir área internacional também aumenta (MATSUMOTO, 2011, p. 254-255).

A partir do acima exposto, é possível deduzir que a melhora nos Índices de Desenvolvimento Humano e índices de Educação, que estão englobados nos ODS, trará maior possibilidade de uma cidade atuar no cenário internacional.

## **6. Estudo de Caso: Internacionalização e Implementação dos ODS em Uberlândia**

Para identificarmos de forma mais clara o posicionamento do município de Uberlândia perante a internacionalização utilizarei o artigo intitulado “A inserção internacional da cidade de Uberlândia-MG: um processo em evolução”, do Professor Doutor Armando Gallo Yahn Filho, publicado em 2019. O autor analisa como Uberlândia se determina frente às características de internacionalização definidas por Panayotis Soldatos.

De maneira inicial, ao verificar a característica geográfica e de abertura ao mundo Yahn Filho (2019, p.81) afirma que “todo o desenvolvimento econômico de Uberlândia-MG esteve condicionado à infraestrutura de transporte que facilitou a ligação com o porto de Santos e, atualmente, com os aeroportos internacionais mais importantes do Brasil”. O autor ainda afirma haver projetos na região de aprofundar essa abrangência logística, com um aeroporto internacional e trem de alta velocidade. A cidade ainda conta com a vantagem estratégica de estar localizada na parte central do país o que facilita os escoamentos de produção (ARAÚJO, 2019).

Portanto, é possível afirmar que a cidade possui, conforme colocado por Panayotis Soldatos (1996, p. 216, tradução minha), uma “posição geográfica de abertura para o mundo”, e “é diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;”.

Mesmo que tal abertura não seja de forma direta, mas de escoamento para os principais portos e conexão com as principais cidades do Brasil. Capacidade possível pelo fato de se encontrar em posição estrategicamente central.

Ao verificar a 2ª característica de Panayotis no que se refere aos fatores de produção estrangeiro e comércio, Yahn Filho (2019), afirma não existir os dados quantitativos da cidade referente aos investimentos estrangeiros diretos. Porém, o autor chama a atenção para o crescente investimento de empresas de origem externa como o Walmart e o Uberlândia Shopping. Podemos acrescentar, o investimento na cidade de R\$150 milhões em 2019, pela empresa multinacional Cargill (DIÁRIO DE UBERLÂNDIA, 2019).

Assim como, pontuar que o comércio internacional da cidade é superavitário, exportou US\$711,21 milhões e importou US\$142,92 milhões em 2018 (MDIC, 2019). Ainda segundo o ministério, a cidade se encontra no ranking de exportações como 13º do estado de Minas Gerais e 97º do Brasil no ano corrente de 2019. Logo, podemos entender que a cidade se posiciona de forma considerável quanto ao ponto “2. recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);” de Panayotis Soldatos (1996, p. 216, tradução minha).

Ao mesmo tempo, ao falarmos de instituições internacionais que entra no ponto “4. exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;” (SOLDATOS, 1996, p. 216, tradução minha). Podemos citar o aumento de intercâmbio acadêmico de discentes e docentes da Universidade Federal de Uberlândia. (YAHN FILHO, 2019).

Assim como, Yahn Filho (2019) coloca sobre a importância de a cidade possuir rede hoteleira e infraestrutura adequada para recebimento de negócios internacionais, sendo destaque o *Uberlândia Convention Center*, e centros comerciais como o *World Business Center* e o *Gávea Business*. Capacidade inserida no ponto “7. possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções etc.);” (SOLDATOS, 1996, p. 216, tradução minha).

Somado a isso, é importante ressaltar o atual movimento da cidade e seus atores internos na atração de shows tornando a cidade um polo de destino de eventos musicais internacionais (O GLOBO, 2019). Relacionado a característica “9. acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos etc.);” (SOLDATOS, 1996, p. 216, tradução minha).

Ademais, a cidade vem proporcionando acordos bilaterais como o acordo com Dublin que traz oportunidades para os empresários uberlandenses (YAHN FILHO, 2019). E o acordo de cooperação com o Reino Unido na busca de “potencializar as capacidades de Uberlândia em áreas como cidades inteligentes, energias renováveis e internacionalização de negócios locais.” (G1, 2018, p.1). Característica disposta pelo ponto “12. mantém entendimentos (acordos, protocolos etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;” (SOLDATOS, 1996, p. 216, tradução minha).

Referente ao ponto “11. exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;” (SOLDATOS, 1996, p. 216, tradução minha). É possível afirmar que o processo de internacionalização de Uberlândia passou a ser organizada de forma mais estratégica a partir de 2016, com a criação

do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia (CODEN), que trabalha olhando a cidade a partir de uma prospecção de longo prazo, uniu-se a diversas instituições públicas e privadas – tais como Sebrae-MG, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), universidades locais, empresas privadas de grande porte, Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), *Uberlândia Convention & Visitors Bureau* etc. – para criar o Comitê de Internacionalização de Uberlândia (YAHN FILHO, 2019, p. 92).

Com isso, é notável que a cidade possui algumas capacidades para se internacionalizar. Apesar de precisar melhorar alguns elementos, como possuir uma maior presença internacional de suas instituições e uma maior institucionalização do setor de Relações Internacionais na prefeitura. Ao mesmo tempo, em que precisaria construir características como mídia de repercussão no exterior.

Como parte do estudo é necessário agora verificarmos o andamento do processo de implementação dos ODS na cidade de Uberlândia. Para tanto, foram utilizados dados coletados pelo projeto de extensão Uberlândia 2100 da Universidade Federal de Uberlândia, e informações de instituições como o IBGE, a Confederação Nacional de Municípios e a própria Prefeitura de Uberlândia.

Primeiro item a ser colocado se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) que “é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde” (PNUD, 2019, p.1). O qual está intrinsecamente ligado aos ODS e conforme colocado por Matsumoto (2011) é um fator importante para a internacionalização. Nesse quesito, a cidade de Uberlândia possui IDH de

0,789, o que é considerado alto, se posicionando em 71<sup>a</sup> no Brasil e em 3<sup>o</sup> no estado de Minas Gerais (IBGE, 2019).

Quanto ao processo de implementação dos ODS na cidade, há a articulação entre a prefeitura de Uberlândia e a Universidade Federal de Uberlândia para identificar projetos e programas já existentes que atuam nos objetivos, e desenvolver iniciativas para a melhora da agenda na cidade. Tal articulação já demonstra grande interesse da cidade em se inserir na Agenda 2030.

O relatório técnico, produzido durante projeto de extensão da Universidade Federal de Uberlândia para identificação dos ODS na Prefeitura de Uberlândia, possibilitou identificar projetos já implementados pela prefeitura que facilitam o alcance de metas e objetivos da Agenda 2030. (CEZARINO *et al*, 2019)

Programas como o Novo Agro, Pro-Pão, Segurança Alimentar e Nutricional, Tenda Itinerante, Horas Sustentáveis, Bunitas, da Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Distritos, visam promover os negócios rurais, garantir alimentação para indivíduos em estado de vulnerabilidade, promover saúde, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida da população atingida (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2019). Com tais iniciativas a Prefeitura acaba por atuar nos ODS 1, 2, 3, 8, 10, 11 e 12. Sendo eles:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; (...) 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (...) 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19)

Enquanto programas como Empresa Fácil, Sala Mineira do Empreendedor e a criação de materiais sobre a cidade em inglês, visam promover o empreendedorismo e atrair investimentos para a cidade. Se relacionam aos ODS 1, 8 e 10 (CEZARINO *et al*, 2019).

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; (...) 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (...) 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19)

De forma complementar, o programa de internacionalização de Uberlândia, é um projeto da Prefeitura, que conforme colocado em tópico anterior influencia nos mais diversos elementos sócio-econômico-ambiental da cidade. Com isso, é possível afirmar que tal programa atua indiretamente em todos os ODS. Porém, vale destacar sua relação com os ODS 1, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 17 (CEZARINO *et al*, 2019).

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; (...) 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; (...) 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; (...) 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11. Tomar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; (NAÇÕES UNIDAS, 2018d, p. 18-19).

É interessante notar que, atividades que à primeira vista não tem relacionamento com setor de saúde ou alimentação, acabam direta ou indiretamente influenciando a melhora nesses setores. Como por exemplo, programas de incentivo ao turismo podem influenciar na geração de emprego e conseqüentemente melhoria na renda e qualidade de vida da população local, assim como pode incorrer no aperfeiçoamento da infraestrutura local para atender tal influxo de turistas.

Referente ao andamento da implementação dos ODS na cidade, é possível utilizar a mandala disponibilizada pela Confederação Nacional dos Municípios. Tal mandala é avalia o desempenho local frente a índices definidos sobre as áreas Institucional, Econômico, Social e Meio Ambiente. A CNM não se utiliza de todos os índices e metas definidos pela ONU nos ODS mas já possibilita visualizar o progresso da cidade no tema.

Ao analisar Uberlândia, a Confederação conclui que a cidade em 2019 possui como piores índices: i) no âmbito institucional – equilíbrio fiscal e de transparência de governo, que estão relacionados aos ODS 12, 16 e 17; ii) no âmbito social – o índice de abandono escolar relacionado aos ODS 1.4 e 8; iii) no âmbito econômico – PIB per capita, remuneração média dos trabalhadores formais, acesso à internet rápida relacionados aos ODS 1, 5, 8, 9 e 12; e iv) no âmbito meio ambiente – taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares urbanos relacionado ao ODS 3, 6, 11, 12, 14 e 15. (CNM, 2019)

Apesar disso, a cidade tem alguns aspectos com máximo de pontuação como: participação de consórcios relacionado aos ODS 16 e 17; índice de empresas exportadoras do

município relacionado aos ODS 8, 9 e 17; de evolução dos empregos formais relacionado aos ODS 1 e 8; índice de taxa de óbito materno relacionado aos ODS 3,5, 6 e 16; e o índice de participação em políticas de conservação ambiental relacionado aos ODS 4, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 (CNM, 2019).

Assim, podemos chegar à conclusão de que a cidade está atuando na implementação dos ODS mesmo que de forma ainda inicial. Os programas existentes auxiliam na melhoria dos índices necessários para qualidade de vida da população. Porém, é necessário maior aprofundamento e maior entrelaçamento entre os programas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## **7. Conclusão**

A partir da presente pesquisa, é possível concluir que existe um ciclo virtuoso entre o processo de internacionalização de cidade e a implementação dos ODS na mesma, uma vez que, ao se internacionalizar a cidade poderá adquirir novos conhecimentos para solucionar problemas locais diretamente ligados aos Objetivos Sustentáveis. Ao mesmo tempo em que, o aprofundamento da implementação dos ODS na cidade pode auxiliar ou até possibilitar a internacionalização da mesma.

É possível ainda concluir que quanto maior o Desenvolvimento Humano de uma cidade maior sua probabilidade de se internacionalizar, e como é de interesse da cidade sua atuação internacional para captar recursos, acordos técnicos e em última instância promover seu desenvolvimento socioeconômico é relevante o processo de implementação dos ODS a fim de melhorar a imagem da cidade para atrair maiores relações externas.

É verificável um presente movimento na cidade de Uberlândia tanto de internacionalização quanto de implementação dos ODS, porém, ainda de forma inicial. É importante que ambos os movimentos sejam trabalhados de forma conjunta, uma vez que o ciclo virtuoso existe. Portanto, o trabalho coordenado entre ambos permitirá um maior aproveitamento estratégico da internacionalização e melhoria da qualidade de vida municipal.

Assim como, é de extrema importância a governança multinível, no quesito de trabalho em conjunto dos diferentes níveis da sociedade para garantir que tais objetivos sejam alcançados.

## 8. Referências

ARAÚJO, J. F. **A Logística dos Transportes e suas Características na Cidade de Uberlândia e Região**. 2019. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, MG. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24265>>. Acesso em: 17 de ago. 2019.

AYRES, A. **The New City Multilateralism**. Publicado em: 27 de junho 2018. Disponível em: <<https://www.cfr.org/expert-brief/new-city-multilateralism>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

BACHE, I.; FLINDERS, M. **Multi-level Governance**. Oxford University Press Inc., New York, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2019a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 20 de mai. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODES)**. 2019b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/18072-comissao-nacional-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-lanca-plano-de-acao>>. Acesso em: 20 de mai. 2019.

CAIADO, R.G.G.; LEAL FILHO, W.; QUELHAS, O.L.G.; NASCIMENTO, D. L.M.N.; ÁVILA, Lucas V. **A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals**. Journal of Cleaner Production. Elsevier Ltd., 2018.

CEZARINO, L.O.; SEYFRIED, M.F.; OLIVEIRA, C.M.; DAMASCENO, J.V.; SÁ, F. ; BANDEIRA, G. **Localização de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo da Prefeitura Municipal de Uberlândia - MG**. *Working Paper*: Relatório de Projeto de Extensão SIEX – FAGEN 2018/2019.

CNM. **Práticas e ações internacionais**: Como meu Município pode ser Parte? 2018. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Práticas%20e%20Ações%20Internacionais%20\(2018\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Práticas%20e%20Ações%20Internacionais%20(2018).pdf)>. Acesso em: 10 de out. 2019.

CNM. **Municípios**. Dados Gerais: Uberlândia – MG. 2019. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/municipios/registros/100131/100131826>>. Acesso em: 10 de out. 2019.

CNODES. **Plano de Ação 2017 – 2019**. Comissão Nacional para os ODS. Brasília – DF. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnodes-2017-2019>>. Acesso em: 29 de mai. 2019.

DENNING, B. P.; MCCALL, J. H. **States' Rights and Foreign Policy: Some Things Should Be Left to Washington**. Foreign Affairs, Vol. 79, No. 1, Publicado em Jan.- Feb., 2000, p. 9-14.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA. **Cargill investe R\$ 150 milhões em três novas plantas industriais em Uberlândia**. Publicado em: 26 de abril 2019. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/20732/cargill-investe-r-150-milhoes-em-tres-novas-plantas-industriais-em-uberlandia>>. Acesso em: 06 de mai. 2019.

FRY, E.H. **The Role of Subnational Governments in North American Integration**. In: COURCHENE, Thomas J.; SAVOIE, Donald J.; SCHWANEN, Daniel (eds). Thinking North America. Art of the state; v. 2, Montreal, Quebec: The Institute for Research on Public Policy (IRPP), 2004. p.3-31.

G1. **Uberlândia assina acordo de cooperação internacional com Reino Unido**. Publicado em 22 de fev 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/uberlandia-assina-acordo-de-cooperacao-internacional-com-reino-unido.ghtml>>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

GONÇALVES, A. **O conceito de governança**. XIV Encontro do Conpedi, p. 16, 2005. Disponível em: <[https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1432/GovernanA\\_a100913.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1432/GovernanA_a100913.pdf)>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

GTSC A2030. **III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2019/>>. Acesso em: 09 de nov. 2019.

HÁK, T.; JANOUSKOVÁ, S.; MOLDAN, B. **Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators**. Ecological Indicators. Elsevier, 2015.

HOCKING, B. **Regionalismo: Uma Perspectiva das Relações Internacionais**. 1997. In: VIGEVANI, Tullo *et al* (org.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da Unesp; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

HOOGHE, L.; MARKS G. **Types of multi-level governance**. European Integration online Papers, v. 5, n. 11, jun. 2001. Disponível em: <<http://eiop.or.at/eiop/texte/2001-011.htm>>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

HURRELL, A. **International society and global governance**. Lua Nova. 1999, n.46, pp.55-75. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a03n46.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

IBGE. **Cidades – Uberlândia – MG – Índice de Desenvolvimento Humano**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/pesquisa/37/30255?tipo=ranking&indicador=30255>>. Acesso em: 12 de out. 2019.

JESUS, D.S.V. de. **A arte do encontro: a paradiplomacia e a internacionalização das cidades criativas**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2017, vol.25, n.61, pp.51-76. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256104>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KEATING, M. **Regiones y Assuntos Internacionais: Motivos, Oportunidades y Estrategias**. 2000. in: VIGEVANI, Tullo *et al* (org.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da Unesp; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

KEOHANE, R.O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. United States: Person Education, Inc., 4ed., 2012.

LOCAL AUTHORITIES MAJOR GROUP. **Position Paper on the High-level Political Forum**. Sustainable Development Knowledge Platform. 2018. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=30022&nr=270&menu=3170#>>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

LOPES, A. L. **Globalização, Governança e Novos Atores**. Revista ReBraM, v. 11, n. 2, p. 130-139, 2015. Disponível em: <<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/182>>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

MATSUMOTO, C. E.H. **As determinantes locais da paradiplomacia: O caso dos municípios brasileiros**. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, DF. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10147/1/2011\\_CarlosEduardoHigaMatsumoto.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10147/1/2011_CarlosEduardoHigaMatsumoto.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MDIC. **Comex Vis: Municípios** – Uberlândia. 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=3170206>>. Acesso em: 04 de set. 2019.

MELAMED, C.; SCOTT, L. **After 2015: Progress and Challenges for Development**. Março, 2011. Overseas Development Institute. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/272500741\\_After\\_2015\\_Progress\\_and\\_Challenges\\_for\\_Development](https://www.researchgate.net/publication/272500741_After_2015_Progress_and_Challenges_for_Development)>. Acesso em: 04 set. 2019.

MICHELMANN, H. J. Conclusion. In: MICHELMANN, H. J. y SOLDATOS, P., **Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units**, Oxford: Clarendon Press, 1990.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 20 de jul. 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Agendas ODS no SIOP: Relatório Anual de Monitoramento, Ano-base 2017**. Seplan/MP: Brasília – DF, julho, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/123456789/1075/Volum%20I%20-%20ODS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 de out. 2018.

MITRANY, D. A paz por meio da cooperação e da integração in BRAILLARD, P. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

NAÇÕES UNIDAS. **Rio+20 termina e documento final ‘O Futuro que Queremos’ é aprovado com elogios e reservas**. Publicado em: 22 de jun. 2012. Disponível

em:<<https://nacoesunidas.org/rio20-termina-e-documento-final-o-futuro-que-queremos-e-aprovado-com-elogios-e-reservas/>>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS, **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 01 de nov. de 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Nações Unidas do Brasil – Conheça – História**. 2018a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>> Acesso em 20 de nov. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nações Unidas no Brasil. 2018b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em: 02 de set. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Momento de ação global para as pessoas e o planeta**. Nações Unidas no Brasil. 2018c. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas no Brasil. 2018d. Disponível em: <[nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf)>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Como Funciona**. Nações Unidas no Brasil. 2019. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/>>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

NRG4SD. **SDGs at the Subnational Level: Regional Governments in the Voluntary National Reviews**. Network of Regional Governments for Sustainable Development. 2018. Disponível em: <<http://www.nrg4sd.org/wp-content/uploads/2017/07/SDGsatSubnationalLevel.pdf>>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

O GLOBO. **Novo Destino de Shows Internacionais Uberlândia terá Kiss, Backstreet Boys, Mcfly em 2020**. Publicado em: 05 de nov. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/novo-destino-de-shows-internacionais-uberlandia-tera-kiss-backstreet-boys-mcfly-em-2020-24063024>>. Acesso em: 07 de nov. 2019

ODM BRASIL, **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 02 de jun. de 2019.

PNUD. **Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: PNUD, 2015.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2019. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em :10 de ago. 2019.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Distritos : Programas**. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/agropecuaria-abastecimento-e-distritos/programas-agropecuaria-uberlandia/>>. Acesso em :13 de ago. 2019.

PROYECTO ALLAS. **A irreversível internacionalização dos governos locais**. Cidade do México, 2015. Disponível em: <<https://proyectoallas.net/wp->

content/uploads/2018/01/Prácticas-y-Estrategias-de-Cooperación-Internacional-para-el-Desarrollo-Económico-Local.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2019.

SALOMÓN, M. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas (no prelo). In: Pinheiro, L.; Milani, C. R. (Org.). **Política Externa Brasileira: a prática das políticas e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

SOLDATOS, P. **An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors**, in: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (org). **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, p.34-53, 1990.

SOLDATOS, P. **La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation dès rôles traditionnels de l'état-nation**. PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. **Au-delà et en deçà de l'état-nation**. Bruxelles, Bruylant, 1996.

SOLDATOS, P. **Le Rôle International des Villes à L'aube du Millénaire: Paradiplomatie, Gouvernance et Planification Stratégique Innovantes**. Bruylant, Bruxelles, 2003.

UN DOCUMENTS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Disponível em: < <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

UNITED NATIONS. **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. New York, 2015. Disponível em: <[https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015\\_PT.pdf](https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf)>. Acesso em: 03 de set. 2018.

YAHN FILHO, A.G. **Relações internacionais e atores subnacionais: um estudo da inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas**. 2011. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280968>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

YAHN FILHO, A.G. **A inserção internacional da cidade de Uberlândia-MG: um processo em evolução**. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 8, p. 69-96, 2019.

WENDT, A. **Anarchy is what States make of it: The social construction os power politics**. *International Organization*, vol.46, n. 2. Cambridge: MIT Press, 1992.